

1 **ATA DO PLENO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA DE CULTURAL DO RECIFE-13/09/2018.**

2 Às 15:40 do dia treze de setembro de dois mil e dezoito deu-se início a mais uma reunião do Conselho
3 Municipal de Política Cultural do Recife- CMPC, em caráter extraordinário, com abertura para os informes,
4 enquanto aguardava-se a instalação do quórum. Pela ordem das inscrições, os informes foram: Fernanda
5 Freire – Radio Frei Caneca está com edital complementar para a ocupação da grade de programação. O
6 envio de projetos tem prazo até 18 de novembro e serão analisados por uma comissão a ser formada por
7 integrantes da Prefeitura e da Sociedade Civil. A Conselheira solicitou apoio dos Conselheiros para com a
8 Rádio Frei Caneca e comprometeu-se a enviar para o e-mail do Conselho o Edital para que haja maior
9 divulgação, bem como sugeriu que o Conselho utilize o espaço da rádio para a divulgação das suas reuniões.
10 Beto Azoubel – informa que existe dois Editais abertos no MINC. Edital CNIC – trata-se de habilitação de
11 entidades para indicação dos membros que comporão a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, para o
12 biênio 2019-2020. A CNIC é o órgão de assessoramento do Ministério quanto aos projetos culturais. Que o
13 edital encontra-se disponível no site do MINC. Ainda informou que houve a posse dos novos conselheiros do
14 Conselho Estadual de Cultura. No dia 12 de setembro. Roberto Oliveira – Destacou o curso realizado pela
15 PCR/Escola de Governo, para o treinamento de 20 pessoas a trabalhar no futuro arquivo público. Recife não
16 possui arquivo público mas reconhece o avanço para que haja a responsabilidade oficial com este tema que
17 compõe o patrimônio documental da cidade e com a criação de seu arquivo público. Paulo Oliva – Informou
18 sobre o acompanhamento da Comissão do Teatro do Parque. Acontecerá uma reunião no dia 20 de setembro,
19 em continuidade ao acompanhamento, visto que há uma paralisação em face da identificação de que o
20 Projeto original não atende as normas de acessibilidade, normatizadas pela Lei Federal 9050. Foi detectado
21 problemas e a empresa estaria revisando. Informou que Sugeriu ao MP aplicar um TAC ao município. Sônia
22 Pinto – Informou que tomou conhecimento de que a Casa 8, situada no Pátio de São Pedro, destinada ao
23 Conselho de Cultura, foi ocupada pela guarda municipal e que as funcionárias estão com dificuldades de
24 acesso ao espaço, resultando em recente conflito entre a funcionária Ilma e uma agente da guarda que fez
25 uso, inclusive, de violência verbal contra a funcionária. Solicitou medidas cabíveis à restituição da Casa ao
26 Conselho. Paulo Oliva – Solicitou informe acerca de uma audiência ocorrida no Ministério Público que
27 tratou da denúncia da decoração do carnaval. Sua indagação baseava-se no fato de ter sido uma das pessoas
28 da comissão a levar o caso ao MP/PE e ser, então, parte interessada na condição de conselheiro. Esclareceu
29 que Fernanda Freire, Gilvan Silva, Sonia Pinto, Aradi José, e Betânia Fernandes eram os Conselheiros-
30 membros da referida Comissão. Na oportunidade também perguntou acerca da tramitação da Lei do
31 Conselho bem como solicitou maior orientação da Secretaria Executiva do Conselho quanto à emissão da
32 Declaração de Rendimentos que envolve o recebimento dos jetons, pelo fato de ter tido dificuldades na sua
33 Declaração de Imposto de Renda pela ausência de uma informação adequada quanto à necessidade de
34 comprovação documental. Antes que se passasse a palavra ao Secretário Executivo do Conselho, para
35 apresentar esclarecimentos e estabelecido o quórum do Conselho, abriu-se oficialmente a reunião,
36 esclarecendo-se às pessoas que estavam ali presentes, sem serem conselheiros/as, que a pauta da reunião
37 constava de: Redefinição das Câmaras Técnicas do Conselho; Avaliação do Carnaval/São João e pedido de
38 inclusão do tema decoração do carnaval. Conforme havia sido divulgado de que haveria discussão sobre o
39 carnaval de 2019, esclareceu-se aos presentes não conselheiros/as, que coube ao Conselho Municipal de
40 Política Cultural em reunião anterior deliberar sobre o Edital que, inclusive, já estava publicado e disponível
41 no site oficial da PCR, em fase de inscrições. Dito isto, retornou-se à pauta, com a continuidade dos
42 esclarecimentos apontados nos informes. Eduardo Vasconcelos – Quanto à lei, retornou à Procuradoria Geral
43 do Município para ajustes na forma. Considerou a morosidade na tramitação em decorrência desta
44 necessidade, mas que as alterações apontadas não são no conteúdo. Quanto à Casa 8 do Pátio de São Pedro
45 mantinha o compromisso com a destinação do uso pelo Conselho, pois assim a gestão havia se proposto e
46 que não há como ter um documento escrito a ser passado ao Conselho visto que a casa compõe o conjunto do
47 patrimônio do município cabendo apenas a destinação administrativa do uso que, atualmente, destina-se ao
48 Conselho Municipal de Cultura. Que não há risco de perder o imóvel para a guarda em virtude da ciência
49 administrativa, pelos ocupantes, da destinação referida ao CMPC do Recife. Em aparte, Maria Gonçalves



50 corroborou o caráter da destinação pela gestão como a forma compatível ao que lhe compete no tratamento
51 do imóvel, integrante do patrimônio público municipal. José Clementino - Acerca da Casa informou que
52 estava a par do ocorrido com as funcionárias e que já havia tratativas com os atuais ocupantes da casa após o
53 ocorrido. Que a presença da guarda na casa foi um pedido de um inspetor que hoje está aposentado e que
54 essa presença foi providencial também para a própria segurança do espaço. Que assim que assumiu casa e
55 sabendo das demandas e necessidades de requalificação elaborou um Dossiê, tudo documentado através de
56 uma Comunicação Interna com as solicitações de requalificação da parte estrutural do imóvel. A equipe de
57 Engenharia já esteve na casa e organizou uma série de procedimentos. Houve a troca de um dos banheiros e a
58 autorização de uso de um segundo banheiro em função da presença de agentes da guarda do sexo feminino
59 além da troca do ar condicionado. As instalações é que vão demorar um pouco. Também foi solicitada a
60 colocação de uma divisória para delimitar um espaço para as reuniões do Conselho. Porém, não é simples. A
61 empresa já está instalada no Pátio de São Pedro para, dentre suas responsabilidades, iniciar as intervenções
62 na Casa 8. Com relação ao Extrato de recebimento do Jetom para fins de Declaração do Imposto de Renda
63 esclareceu que tal documento fica disponível e pode ser acessado através da própria conta bancária. Em
64 seguida, passamos ao primeiro ponto da pauta: Redefinição das Câmaras Técnicas. José Clementino solicitou
65 a palavra para fazer a contextualização do ponto de pauta como uma necessidade trazida na reunião anterior
66 pelo Conselheiro Marcelo Brito. As ponderações refletidas apresentaram a relevância das Câmaras na
67 discussão permanente da política cultural e que por esse caráter aprofundar a reorganização das mesmas
68 constitui tarefa do conselho para que tais Câmaras juntamente com as Comissões dinamizem a atuação do
69 Conselho no seu papel. Destacou que as Câmaras previstas no Regimento do Conselho são: Câmara de
70 Formação Cultural; Câmara de Economia da Cultura; Câmara de Patrimônio Cultural e Arquitetura; Câmara
71 de Cultura Popular; Câmara de Artes Visuais, Design e Artesanato e Câmara de Audiovisual, Artes Cênicas,
72 Literatura e Música. A Conselheira Fernanda Freire levantou a discussão acerca da dificuldade do Conselho
73 indicar representantes para todas as Câmaras permanentes, pela insuficiência do número de conselheiros e
74 destacou que essa inviabilidade ocasionou ao Conselho priorizar apenas as Comissões, estas sim deveriam
75 dar respostas quanto às matérias do planejamento, da LOA, da Conferência, da Decoração do Carnaval etc. e
76 opinou pela continuidade apenas das Comissões. José Clementino acrescentou que as Comissões não
77 substituem o papel das Câmaras e que uma proposta seria decidir no conjunto das seis Câmaras àquelas
78 prioritárias e redefinir os integrantes quanto ao número de conselheiros possível, sendo que o mínimo são de
79 cinco (05) Conselheiros e o máximo de sete (07). O Conselheiro Paulo Oliva ressaltou a importância das
80 Câmaras como mecanismo de aprofundamento dos temas da política cultural esclarecendo o caráter
81 temporário das Comissões para questões urgentes e pontuais e operacionais. O debate do assunto de pauta na
82 linha de buscar um encaminhamento para priorizar as Câmaras, diante do pouco número de conselheiros/as
83 foi o indicativo nas falas dos Conselheiros: José Clementino, Betânia Fernandes, Maria Gonçalves, Sônia
84 Pinto. Pelo adiantado da hora, a Conselheira Presidente da reunião apresentou encaminhamento para que
85 houvesse a continuidade da pauta no pleno ordinário do dia 27, havendo apenas uma contestação por parte
86 do Conselheiro José Muniz (Moura) que alegou monopólio do tempo de fala, por 43 minutos, do Secretário
87 Executivo do Conselho José Clementino e por isso, prejudicou o esgotamento dos pontos da pauta principal,
88 além da inclusão de outros temas na pauta sem que tivessem sido deliberados previamente. Sem que
89 houvesse encaminhamento diferente do proposto pela condução da reunião, aprovou-se pela continuidade da
90 pauta na reunião do dia 27 bem como foi sugerido a criação de um instrumental a facilitar o tema pendente
91 da avaliação do carnaval e São João. Eu, Elizabete de Sousa Godinho, lavrei a presente Ata que depois de
92 lida e aprovada será assinada por mim e pela Presidente do Conselho.

Elizabete Godinho - Secretária do CMPC

Servando de Presidente
do C.M.P.C.